

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.326 - SP (2019/0095839-6)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO
SABESP
ADVOGADO : VERA LÚCIA MAGALHÃES - SP190514
AGRAVADO : MUNICIPIO DE MAUA
PROCURADOR : MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DE SOUZA - SP073929

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. ACÓRDÃO BASEADO NAS PROVAS E FATOS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1559):

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - Concorrência Pública nº 01/2015 - Outorga de concessão para a exploração dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Município de Mauá - Ausência de comprovação do alegado direito líquido e certo - Necessidade de dilação probatória, inadmissível em mandado de segurança - Sentença que denegou a ordem mantida - Recurso da impetrante desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta violação aos arts. 278 e 1.022, I, do CPC/2015, 1º, da Lei nº 12.016/09, 4º, V e VII e 10, IV, da Lei nº 11.079/2004 e 12, § 4º, da Lei nº 11.445/07.

Em síntese, aduz que: a) o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca de questões suscitadas nos embargos de declaração; b) pela mera leitura da inicial aliada aos documentos apresentados, há possibilidade de reforma da sentença e a concessão da ordem porquanto presente o direito líquido e certo a ser protegido.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que todas as questões foram apreciadas pelo acórdão recorrido, não havendo que se falar em ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015, bem como incide o óbice da Súmula 7/STJ diante da necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial, haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

Parecer do Ministério Público Federal (e-STJ fls. 1675/1678) pelo não provimento do agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, é necessário consignar que o presente recurso está submetido ao Enunciado Administrativo 03, *in verbis*: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do especial.

A irresignação não merece prosperar.

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Quanto à alegada ofensa aos arts. 4º, V e VII e 10, IV, da Lei nº 11.079/2004 e 12, § 4º, da Lei nº 11.445/07, observa-se que o apelo especial está desprovido de fundamentação suficiente que demonstre de que maneira o Tribunal de origem contrariou ou negou vigência às normas elencadas, atraindo, desse modo, a incidência da Súmula 284/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.”

Por fim, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, consignou expressamente que a discussão da matéria exigiria maior dilação probatória, não havendo que se falar em violação de direito líquido e certo, conforme se infere do seguinte excerto do acórdão recorrido, *verbis*:

(...)

A matéria discutida nos autos exige a instauração do contraditório e, sobretudo, a realização de perícia contábil para averiguar a existência das irregularidades apontadas e o seu impacto sobre o contrato firmado entre a SABESP e a SAMA, não havendo que se falar em violação a direito líquido e certo da impetrante pelo simples fato de ser responsável pelo fornecimento do insumo básico (água tratada por atacado) objeto da Parceria Público-Privada a ser celebrada com a vencedora do certame.

Nesse contexto, a revisão do entendimento adotado conforme a pretensão recursal demandaria em revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 489 DO CPC/2015. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. ICMS. MARGEM DE VALOR AGREGADO. COMPOSIÇÃO DO PREÇO ESTIMADO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES.

1. Não há falar em nulidade da decisão proferida, por ofensa ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, quando o julgador decidiu de forma fundamentada, identificando de forma clara e objetiva as teses adotadas e, ainda, amparado em precedentes que se ajustam ao caso concreto.

2. O mandado de segurança exige a prova pré-constituída do direito alegado, por ser rito incompatível com a existência de dilação probatória. A propósito: AgInt no MS 24.517/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 21/11/2018.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 57.352/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 26/02/2019)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PROLAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NOMEAÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DESCABIMENTO DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, a ação mandamental não é a via processual adequada para dar cumprimento a obrigação prevista em termo de ajustamento de conduta ou em acórdão prolatado em Ação Civil Pública.

2. O Mandado de Segurança exige demonstração de ofensa a direito líquido e certo, aferível por prova pré-constituída, não sendo admitida dilação probatória.

3. Recurso ordinário não provido.

(RMS 55.512/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 24/05/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator